

27 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RMC

Foro Regional recebe Vara de Juizados Especiais

O Foro Regional de Campina Grande do Sul e Quatro Barras e o Tribunal de Justiça do Paraná oficializaram na última quinta-feira (20) a instalação da Vara de Juizados Especiais na Comarca. Agora, o Foro passa a ter duas varas comandadas pelas juízas de Direito, Dra Paula Priscila Candeco Haddad Figueira (que há mais de dez anos dirige o Foro), respondendo pela Vara Criminal; e a Dra. Adriana Benini, designada para a Vara Cível.

A chegada de uma nova magistrada deve-se ao volume de processos na Comarca, que segundo levantamento é a que possui o maior volume de processos por juiz em todo o Estado. São mais de 23 mil processos em tramitação, além de 3.700 novos processos que aumentam os índices ano a ano. "Hoje recebemos a implantação de uma nova vara como reconhecimento do trabalho e também como realização de um sonho. Na prática, poderemos dedicar mais aos processos, dar mais agilidade e também desenvolver trabalhos sociais de prevenção à criminalidade", disse Dra. Paula.

O presidente do Tribunal de Justiça ainda anunciou a construção de 23 novos fóruns, sendo um deles em Campina Grande do Sul, além da instalação de 41 varas até o fim do ano. "É uma fase de investimentos e obras para aprimorar os serviços prestados pelo Poder Judiciário, levando a justiça mais perto da população", disse. Até novembro o edital de licitação

para construção do Fórum deve estar publicado e estima-se que dentro de dez meses a obra esteja concluída, com uma área de 2.400 metros quadrados.

"Hoje estamos enaltecendo a vinda dos juizados e da nova magistrada que permitirão mais eficiência no andamento dos processos, em vista do grande volume. Devemos também reconhecer a dedicação, o empenho e a sensibilidade que a Dra Paula vem conduzindo os trabalhos, de forma honesta e justa", comentou o promotor. A proposta de implantação de uma Comarca em Quatro Barras também foi mencionada pelo prefeito Lorenzo Tolardo, que permitiria melhor acesso à população aos serviços do Judiciário. O presidente do Tribunal afirmou que vai avaliar a possibilidade de implantação. "Já manifestamos nosso apoio com relação à implantação da Comarca, que facilitaria muito o acesso à Justiça, encurtando as distâncias e garantindo agilidade, já que o volume de processos também seria menor.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Secretaria da Saúde cria e-mail para auxiliar decisões judiciais

A Secretaria Estadual da Saúde criou um novo canal de comunicação com o Poder Judiciário: um endereço eletrônico que tem auxiliado magistrados nas decisões judiciais que envolvem a saúde e a assistência farmacêutica. Por esse e-mail, a equipe da secretaria responde a dúvidas de juízes, tornando mais ágil a troca de informações e a solução de processos. "Trabalhamos para reaproximar os poderes, o que permite resolver em menor tempo as demandas e buscar soluções em conjunto para evitar a judicialização", afirma o secretário da Saúde, Michele Caputo Neto.

"É uma importante ferramenta de diálogo e torna mais rápida a troca de informações. A aproximação entre os poderes constituídos é essencial para construir formas e mecanismos de aprimoramento do SUS, que resultem na inclusão de toda a população e garanta o acesso aos serviços de saúde", afirma o assessor jurídico Carlos Alexandre Lorga.

O e-mail foi criado depois da última reunião do Comitê Executivo da Saúde no Paraná, que discute a liberação de medicamentos por ordem judicial e elabora ações conjuntas para auxiliar o Poder Judiciário nos pedidos que envolvem o direito à saúde e assistência farmacêutica.

27 OUT 2011

SOLENIDADE

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Toma posse primeira defensora pública do PR 27 OUT 2011

Ato marcou oficialmente a implantação da Defensoria Pública do Estado

O presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, participou na terça-feira (25) da solenidade de posse da primeira defensora pública-geral do Paraná, Josiane Fruet Bettini Lupion. O governador Beto Richa, deu posse à defensora pública-geral e mais nove defensores, oriundos da Secretaria da Justiça, que passam a integrar o novo órgão, durante solenidade realizada no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. O ato marcou oficialmente a implantação da Defensoria Pública do Paraná como um órgão autônomo, garantindo à população carente o acesso à Justiça, conforme prevê a Constituição Federal. Josiane Fruet terá a responsabilidade de estruturar o órgão, começando pela organização do concurso público para a contratação de 197 defensores públicos e 426 profissionais para a área administrativa e de apoio.

A implantação da Defensoria Pública do Paraná foi uma das bandeiras de luta da OAB Paraná nos últimos anos, devido ao atraso de mais de 20 anos na implantação do serviço previsto na Constituição Federal de 1988. O Paraná foi um dos últimos estados da Federação a implantar a Defensoria. Glomb destacou que a posse da defensora pública-geral é um marco histórico. "Este ato marca uma conquista. A Defensoria do Paraná tem o suporte uma legislação moderna e será chefiada por uma profissional que sempre lutou por esta causa", afirmou presidente da Seccional.

Em seu discurso, o governador Beto Richa destacou a qualificação de Josiane Fruet para exercer o cargo de defensor público e disse que fez a escolha por critérios técnicos. "É uma pessoa capacitada para a função e teve papel fundamental na elaboração do projeto de lei que criou a Defensoria", disse. Richa lembrou que abriu mão da prerrogativa de indicar o chefe da Defensoria; assim, os próximos ocupantes do cargo serão escolhidos diretamente pelos integrantes do quadro de defensores públicos. O mandato do defensor geral é de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Josiane Fruet trabalha há 28 anos como advogada de carreira do poder executivo estadual e vinha exercendo a chefia da Defensoria Pública do Paraná, até então um órgão vinculado à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. "Nosso desafio será cumprir a Constituição, mantendo uma Defensoria independente e assegurando que as comarcas tenham defensores para garantir a todos os cidadãos carentes o acesso à justiça", afirmou.

O trabalho da defensora pública geral começa com uma equipe de nove defensores públicos – que atuavam como advogados do Estado e optaram pela carreira no novo órgão – e 150 assessores jurídicos aprovados recentemente em processo seletivo simplificado. Segundo ela, os assessores começam a ser treinados no dia 1º de novembro. Entre as primeiras

tarefas da defensora está organizar o concurso público, previsto para o início de 2012, para a contratação de 197 defensores públicos e 426 profissionais que farão parte da equipe administrativa e de apoio do órgão.

Defensoria pública

Sancionada pelo governador Beto Richa em 19 de maio, a lei que instituiu a Defensoria Pública era muito aguardada pela população, pois o Paraná era um dos únicos estados do país que não tinha o órgão na forma que exige a Constituição Federal. A Defensoria do Paraná foi criada de forma independente, com orçamento próprio (R\$ 48 milhões), ouvidoria e sedes nas comarcas. O texto da lei foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa e elogiado por representantes da área jurídica, que consideraram o documento moderno e democrático. Também participaram da cerimônia a secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Ulle Gomes e a presidente do Conselho dos Defensores Públicos Gerais (Condege), Francilene Gomes de Brito Bessa.

27 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ação contra espólio antes do inventário é possível, diz STJ

Mesmo que o inventário não esteja aberto, o espólio é legítimo para responder a ação de cobrança. Nessa fase, o conjunto de bens, rendimentos, direitos e obrigações da pessoa que morreu ainda não possui um administrador. Com base nesse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reformou acórdão que julgou extinta ação de cobrança ajuizada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) contra o espólio de um cliente inadimplente.

A ação de cobrança do Banrisul foi contestada pela viúva, citada como representante do espólio. O banco pedia o cumprimento de duas parcelas de um empréstimo, no valor de mais de R\$ 5 mil cada. Na falta do administrador, a primeira instância julgou o processo extinto, argumentando que seria necessária a citação de todos os herdeiros, "a fim de preservar-lhes eventual direito sucessório. O artigo 267, inciso VI, do Código Civil, trata do assunto.

Contra a decisão, o Banrisul apelou ao Tribunal de Justiça

do Rio Grande do Sul, onde a sentença foi mantida. De acordo com os desembargadores, como o inventário não foi aberto e o inventariante não foi nomeado, os herdeiros devem responder pelos débitos deixados pelo falecido.

Mais uma vez, a instituição financeira recorreu com o argumento de que "a morte da pessoa física não implica a extinção das obrigações por ela adquiridas". No caso em questão, explicou o relator, ministro Massami Uyeda, a inexistência de inventariante – uma vez que o inventário não foi aberto – não afasta a legitimidade do espólio, pois "o espólio e o inventariante são figuras que não se confundem, sendo o primeiro, parte, e o segundo, representante processual desta".

O ministro lembrou que o Código de Processo Civil estabelece que, enquanto não for nomeado o inventariante, o espólio é representado judicialmente pelo administrador provisório, que é quem detém a posse de fato dos bens deixados pelo falecido. A legislação civil determina que essa é pessoa é, de preferência, ou o viúvo ou a viúva.

27 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Cargos comissionados

O Tribunal de Justiça do Paraná quer mais 787 cargos em comissão para nomear assessores de juízes e desembargadores. Se o pedido for aprovado na Assembleia, custará mais R\$ 32,1 milhões na folha de pagamento do Judiciário. A ideia é que cada juiz ou desembargador nomeie um assessor pessoal de sua livre escolha. Sem concurso. Os cargos são de simbologia 1C. O salário de cada assessor será de R\$ 2,6 mil mensais.

FÁBIO CAMPANA

Operação Dallas

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4), em Porto Alegre, anulou na última terça-feira (25) a decisão do próprio tribunal que suspendia todas as provas obtidas pela Operação Dallas por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails. A operação foi desencadeada pela Polícia Federal (PF) em janeiro deste ano para investigar supostas fraudes cometidas no Porto de Paranaguá.

A questão da validade das provas se deve a um erro técnico do TRF4, uma vez que o pedido de nulidade das provas deveria ser julgado pelos desembargadores da 8.^a turma do tribunal e não da 7.^a turma, como aconteceu. Na terça-feira (25), ficou reconhecida a competência da 8.^a turma, que deve novamente julgar a validade das provas obtidas pela PF.

Caso em um novo julgamento a decisão fosse pela nulidade, todos os investigados na Operação Dallas seriam beneficiados – entre eles os dois ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião.

27 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal terá novas sedes em Santa Catarina e Paraná

Foram publicados na terça (25), no Diário Eletrônico da JF da 4ª Região e no Diário Oficial da União (DOU), os avisos de licitação referentes à contratação de empresa especializada para a construção dos novos prédios-sede das Subseções Judiciárias de Blumenau (SC) e de Foz do Iguaçu (PR). O recebimento e a abertura das propostas das duas concorrências ocorrerá no próximo dia 28 de novembro, na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre.

Os editais e anexos em mídia digital das Concorrência nº 2 (Foz do Iguaçu) e nº 3 (Blumenau) estão disponíveis aos interessados na Divisão de Licitações e Contratos do TRF4 e no Portal da JF da 4ª Região (www.trf4.jus.br).

Sustentabilidade e acessibilidade

Os projetos arquitetônicos

dos dois prédios, elaborados pela equipe técnica de arquitetura do TRF4, prevêem rampas de acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais, sanitários especiais, elevadores com sinalização adequada (braille e sonora), piso podotátil, mapa tátil, comunicação visual em braille e espaço para cadeirante no auditório.

Outro diferencial dos projetos é a preocupação com a sustentabilidade: sistema de ar condicionado com termo-acumulação (fabricação de gelo à noite, quando custo da energia é mais barata) e vigas-frias (a propagação do frio sem insuflamento de ar); uso de vidros duplos, permitindo melhor isolamento térmico; reutilização das águas da chuva; manutenção de grande permeabilidade no solo, permitindo melhor absorção da água da chuva; e espaço para bicicletário.

STJ prorroga prazos processuais

O Superior Tribunal de Justiça transferiu para o dia 31 de outubro, segunda-feira, o feriado referente ao Dia do Servidor Público e comunicou que nessa data e nos dias 1º e 2 de novembro, terça e quarta-feira, não haverá expediente na corte.

A determinação consta da Portaria 298, de 19 de setembro de 2011, publicada no Diário da Justiça eletrônico de 21 de setembro de 2011, e obedece ao disposto no artigo 81, parágrafo 2º, inciso IV, do Regimento Interno do STJ.

Assim, os prazos processuais que devem começar ou encerrar nesses dias ficam prorrogados, automaticamente, para o dia útil seguinte, 3 de novembro, quinta-feira, quando será retomado o expediente normal.

27 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advocacia pública será debatida durante conferência

A advocacia permite aos profissionais atuar em diferentes áreas do conhecimento e essa diversidade está incluída na programação da XXI Conferência Nacional dos Advogados, que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil promove em Curitiba, no período de 20 a 24 de novembro, no Centro de Convenções Expo Unimed. Na ocasião, haverá painéis, debates e encontros paralelos para discutir as perspectivas para o exercício profissional. A advocacia é a atuação que permite a dialética entre sujeitos de direito e o pleno exercício da cidadania brasileira realizando o Estado Social Democrático de Direito. Neste viés, é condição sine qua non envolver a Advocacia Pública Federal, Estadual e Municipal, garantindo a presença da advocacia brasileira em sua plenitude, no âmbito público e privado, con-

cretizando a eficácia do debate e observando as peculiaridades do exercício profissional da advocacia que compõe o nosso país e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Pensando nesta área de atuação, a dos advogados públicos de todo Brasil, a programação da XXI Conferência destacou pontos diretamente reservados ao respectivo interesse corporativo e às prerrogativas profissionais. Durante o evento, o secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Marcelo Vieira Campos, vai apresentar o Diagnóstico da Advocacia Pública Brasileira, no painel especial "O papel da advocacia pública no Estado Democrático de Direito. A importância Estratégica da OAB na Defesa da Autonomia e Prerrogativas dos Defensores Públicos e dos Advogados Públicos", que terá início às 8h30 do dia 23 de novembro. Entre as discussões

previstas está a Lei Orgânica da Advocacia Pública; O advogado público, o Estatuto e o Exame de Ordem e A OAB e o Direito de Greve do Advogado Público, entre outros assuntos.

Outro evento específico para advocacia pública será o painel especial "O papel do procurador municipal na construção do estado democrático de Direito", painel que vai acontecer na tarde do dia 22 de novembro. Também estão previstos encontros paralelos dos setores jurídicos de empresas estatais do setor elétrico, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil

As inscrições para XXI Conferência Nacional dos Advogados podem ser feitas no grupo que já foi criado no site da OAB Paraná, com direito a 50% de desconto no valor da inscrição, até o próximo dia 30 de outubro no www.oabpr.org.br/eventos.

TJ e Ministério Público querem criar 876 cargos comissionados

27 OUT 2011

Proposta foi encaminhada à Assembleia. Comissionados vão custar R\$ 33,8 milhões por ano aos cofres públicos

Karlos Kohlbach

O Tribunal de Justiça do Paraná e o Ministério Público estadual encaminharam à Assembleia Legislativa projetos de lei que preveem a criação de 876 cargos em comissão — que não necessitam de concurso público e para os quais as pessoas são nomeadas por livre escolha — nos dois órgãos. Pela proposta do MP ainda está prevista a abertura de 112 vagas para serem preenchidas por concurso público. Se aprovados, o impacto dos pedidos será de R\$ 33,8 milhões por ano nas contas públicas.

A maioria dos cargos será criada para atender às demandas do Poder Judiciário. O presidente do tribunal, desembargador Miguel Kfourri Neto, justificou a intenção a criação de 787 cargos em comissão para bacharéis em Direito: "Com esses cargos, todos os magistrados do Paraná terão um assessor. A digitalização deu mais celeridade aos processos e é necessário que o magistrado tenha uma pessoa para auxiliá-lo".

Kfourri explicou que a não realização de concurso público, para o preenchimento dessas 787 vagas, se deve a questões financeiras e trabalhistas. "O salário para cada cargo é de R\$ 2,6 mil. Talvez não tenha tantos bacharéis dispostos a ir trabalhar em Barracão [no Sudoeste do estado], por exemplo, por este salário. Além do mais, nós evitamos o vínculo trabalhista. É um cargo que exige confiança e ainda vamos analisar a produtividade. Se for baixa é só exonerá-lo", completou Kfourri, citando que se o projeto for aprovado, as nomeações começam em 1.º de fevereiro de 2012. A folha de pagamento do TJ deve saltar dos atuais R\$ 80 milhões para pouco mais de R\$ 112 milhões por mês, em salários, no próximo ano.

Já a proposta de lei elaborada pelo MP é mais modesta. A instituição pede a criação de 112 cargos para serem preenchidos por concurso público e 89 cargos comissionados. O projeto seria votado ontem em primeira discussão na Assembleia. Como a sessão de ontem no Legislativo estadual foi derrubada por falta de quórum (leia mais na página 15), a proposta deve ser apreciada na próxima segunda-feira pelos deputados.

Em nota divulgada ontem, a assessoria do MP informou que "trata-se de uma contratação emergencial, pois os quadros da instituição encontram-se, há muito, defasados". Com uma estrutura de 1.894 integrantes, o órgão deve gastar cerca de R\$ 25 milhões com pessoal.

R\$ 33,8 milhões

será o impacto por ano nas contas públicas caso seja aprovada a criação dos cargos para o Tribunal de Justiça e para o Ministério Público estadual.

INTERATIVIDADE

Qual a sua opinião sobre o pedido de criação de cargos em comissão no TJ e no MP?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 OUT 2011



“O salário para cada cargo é de R\$ 2,6 mil. Talvez não tenha tantos bacharéis dispostos a ir trabalhar em Barracão [no Sudoeste do estado], por exemplo, por este salário. Além do mais, nós evitamos o vínculo trabalhista.”

Miguel Kfourl Neto, presidente do TJ.

27 OUT 2011

GAZETA DO POVO

CÂMARA FEDERAL

Comissão aprova criação de 1,8 mil vagas no governo federal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira a criação de 1.853 cargos para o Ministério das Relações Exteriores e de advogados da União. A previsão de gastos apenas para este ano com os novos postos é de mais de R\$ 50,4 milhões.

Os dois projetos, enviados pelo governo ao Congresso no ano passado, seguem para análise do Senado, exceto se houver recurso para análise do plenário da Câmara.

O primeiro texto, que beneficia o Ministério das Relações Exteriores, prevê a criação de 400 cargos de diplomata e 893 de oficial de chancelaria, para contratação gradual, a partir deste ano. No total, são R\$ 17,1 milhões de previsão para este ano.

A outra proposta cria 560 cargos de advogado da União. Desses, 280 novos postos de advogados são já para 2011, e outros 280 para 2012. Sendo a previsão de R\$ 33,2 milhões para este ano.

A previsão de gastos de mais de R\$ 50,4 milhões é apenas para a criação dos cargos para 2011. Não há, no projeto, a estimativa de gastos total.

27 OUT 2011

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Férias

O Tribunal de Justiça estaria prestes a decretar o que seria o mais longo período de recesso forense dos últimos tempos. As férias coletivas vigorariam entre 19 de dezembro e 9 de janeiro, perfazendo 21 dias corridos. Essas três semanas não serão descontadas dos dois meses de férias anuais a que os magistrados têm direito. Enquanto isso, a Assembleia se prepara para votar anteprojeto oriundo do próprio TJ que cria em sua estrutura 761 novos cargos em comissão. Os nomeados serão de livre escolha de juízes e desembargadores e terão salário de R\$ 2.500,00 mensais.

27 OUT 2011

GAZETA DO POVO ENTRELINHAS

Vitral quebrado

Um vitral com a imagem da Justiça, instalado no Museu Paranaense, está quebrado. Segundo um leitor, o prédio foi a casa da família Garmatter, que era proprietária de um açougue no local. Depois, passou a ser residência oficial do governador do Paraná e, mais tarde, abrigou o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). “Acredito que é esse o motivo da existência do vitral com a imagem da Justiça na parte do prédio, que é um anexo da construção dos Garmatter”, comenta o cidadão. O que ele teme é que fique assim, quebrado, como o nariz do busto da professora Júlia Wanderlei (no colégio de mesmo nome). “Lá, a peça já foi refeita, mas voltou a ser vandalizada”, conclui.

GAZETA DO POVO

ADVOCACIA

STF decide que exame da OAB é constitucional

27 OUT 2011

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a exigência do Exame de Ordem, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para o exercício da profissão dos formados em direito, é constitucional. O relator do processo, ministro Marco Aurélio Mello afirmou que o exame é compatível com o juízo de proporcionalidade e não viola o princípio da liberdade de exercício da profissão. "A Constituição permite restrições, desde que previstas em lei formal", disse. No início do voto, o ministro criticou a proliferação de cursos de direito de baixo custo: "vende-se o sonho, entregase o pesadelo", disse.

O ministro Luiz Fux acompanhou o voto e afirmou que a aprovação no exame mostra uma condição "minimamente admissível" para o exercício da advocacia. Segundo ele, eliminar o exame causaria "prejuízos na sociedade". Também votaram favoravelmente ao exame os ministros José Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cezar Peluso.

O processo tramitava há dois anos no STF e foi proposto pelo bacharel em direito João Antônio Volante. Ele alegava que a exigência do exame fere a Constituição. Volante recorreu da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que rejeitou a alegação de inconstitucionalidade proposta por ele no processo.

GAZETA DO POVO

44% das prisões no Brasil são cautelares, 27 OUT 2011 diz promotor paulista

Renato Marcão, promotor de Justiça de São Paulo. Ele ministra palestra hoje e amanhã nas Faculdades Santa Cruz.

Pollanna Milan

■ No Brasil, quando acontece um crime, a primeira medida é prender o acusado, depois processá-lo e, só então, condená-lo ou não. Essa realidade existe mais por uma questão cultural do que por um problema legislativo, segundo o promotor de justiça de São Paulo, Renato Marcão. Segundo ele, é isso o que tem levado o país a ser o quarto no mundo em população carcerária. "Essa banalização da prisão cautelar tem feito com que a última medida torne-se a primeira opção", afirma.

Renato Marcão está em Curitiba hoje e amanhã proferindo palestra nas Faculdades Santa Cruz sobre o sistema prisional, as garantias constitucionais na execução penal e, ainda, sobre as prisões cautelares e medidas cautelares restritivas.

O promotor chama a atenção para um percentual alarmante: 44% dos presos hoje no Brasil são de prisões cautelares cujos indivíduos não tiveram acesso a um advogado ou não foram julgados (há 20 anos, o percentual era de 18%). "Claro que em casos extremos a prisão se apresenta como a única alternativa, mas sabemos que, em muitos casos, o sujeito poderia permanecer livre, o que inclusive desoneraria o Estado, liberando vagas para marginais de altíssima periculosidade que ainda estão soltos." Confira abaixo outros trechos da entrevista concedida por telefone à Gazeta do Povo e que adianta alguns temas que serão debatidos nas palestras de hoje e amanhã.

A lei aprovada em maio deste ano, que trata das medidas cautelares (como o monitoramento eletrônico do acusado em liberdade) ainda não foi suficiente para diminuir as prisões preventivas?

Diminuir as prisões preventivas era o objetivo da Lei 12.403. Isso porque anteriormente existiam duas opções para o acusado no Brasil: ou ele ficava preso (até ser condenado) ou esperava o julgamento em liberdade. Como existe a presunção de inocência até que se prove o contrário, a lei veio ajudar a evitar a privação total da liberdade do indivíduo antes do julgamento. Esta lei estabelece que o réu não frequente o local onde cometeu o crime, que não entre em contato com vítimas e que use o monitoramento eletrônico. Assim, a prisão ficaria reservada apenas para casos extremos. Mas ela ainda não surtiu o efeito esperado.

Por quê?

A lei de medidas cautelares restritivas veio para reduzir o sistema de controle do Estado sobre o indivíduo, mas o que se tem visto na prática é a ampliação desse controle. As prisões preventivas continuam a ser decretadas, inclusive em hipóteses não cabíveis, como ocorria no passado. Esta nova lei tem sido aplicada também onde não há caso de preventiva, ou seja, o indivíduo ia ficar livre, porém, acaba tendo uma cautelar preventiva (com monitoramento eletrônico, por exemplo) quase que indistintamente. Onde antes havia a possibilidade de liberdade plena, passou a ocorrer a liberdade com restrições.

Há pontos em aberto nesta nova lei, como criticam alguns juristas?

A lei tem causado profundas discussões não só pela matéria tratada, mas por causa de algumas imperfeições no texto que permitem interpretações distintas. Reclama-se de que a lei não estabeleceu um prazo para a duração da medida cautelar (quanto tempo o réu fica com o monitoramento eletrônico). Mas digo que o Código de Processo Penal estabelece que os processos têm prazo para terminar (30,60 ou 90 dias). Ou seja, embora esta nova lei não diga expressamente o prazo, é possível presumir que sejam os prazos do processo.

É sobre a detração (abatimento na pena) da medida cautelar no caso de o réu ser condenado?

Em caso de decisão desfavorável ao réu, não há como fazer o abatimento da pena porque ele ficou proibido de frequentar algum local. Não há nada mais justo que proibi-lo disso até o fim do processo, mas essa medida não pode ter o mesmo peso da pena, pois são questões de intensidades diferentes.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 OUT 2011

Mesmo assim, o cidadão com medida cautelar é monitorado pelo Estado de algum modo. Não é justo haver uma detração, ao menos proporcional?

Existem critérios para que estas medidas sejam aplicadas. Quem vai dar ensejo à aplicação ou não das medidas é o próprio réu. Por exemplo: o sujeito, durante o processo, passa a procurar a vítima. Não é aceitável que ele continue a provocar a vítima que sofreu agressões. Pior era pensar que o Estado não tinha instrumentos, como as medidas cautelares, para salvar a vítima. É claro que as decisões de medidas cautelares restritivas podem ser revistas pelo juiz a qualquer momento. A lei criou, na verdade, um benefício para o indivíduo. Aquele que poderia estar preso, ficará solto desde que cumpra algumas condições.

E quem fiscaliza a medida cautelar?

Se a pessoa teve como restrição não ir a estádios, por exemplo, a Polícia Militar poderia fiscalizar. Isso acontece com razoável êxito nas pequenas cidades, mas nos grandes centros é mais difícil, por isso o monitoramento eletrônico pode ser uma alternativa. Mas também é preciso não banalizar o uso do monitoramento, apesar de ele não ser inconstitucional.

SERVIÇO

as palestras com o promotor Renato Marão acontecem hoje e amanhã. Hoje, às 20h30, ele fala sobre as "Prisões Cautelares, Liberdade Provisória e Medidas Cautelares Restritivas"; e amanhã, às 9h30, discorre sobre as "Garantias Constitucionais na Execução Penal". Inscrições e mais informações pelo site: www.santacruz.com.br (no link eventos)



"Esta nova lei [de medidas cautelares restritivas] tem sido aplicada também onde não há caso de preventiva, ou seja, o indivíduo ia ficar livre, porém, acaba tendo uma cautelar preventiva quase que indistintamente. Onde antes havia a possibilidade de liberdade plena, passou a ocorrer a liberdade com restrições."

27 OUT 2011

GAZETA DO POVO

Liminar do TSE mantém Bernardo Carli no cargo

Karlos Kolhach e Sandro Moser

Uma liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve o deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) na Assembleia Legislativa do Paraná. O efeito suspensivo, concedido anteontem pelo ministro Marco Aurélio Mello, suspendeu a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que na semana passada cassou o mandato de Carli por suposta prática de caixa dois na campanha eleitoral de 2010. Com a decisão do ministro, o parlamentar se mantém no cargo até que o TSE julgue o mérito do recurso.

Na terça-feira, o TRE tinha enviado ofício para a Assembleia requerendo a posse ao suplente Antonio Carlos Belinati (PP). Porém, um erro de digitação no ofício atrasou o cumprimento da sentença e deu tempo para os advogados de Carli conseguirem a liminar. No texto, Carli era chamado de deputado federal. O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), disse que recebeu a notificação dos advogados de Carli ontem pela manhã e agora vai esperar a decisão do TSE.

Cabo eleitoral

O tucano teve o mandato cassado porque teria contratado e pago em dinheiro 36 cabos eleitorais na cidade de Guarapuava, região Centro-Sul do estado. Porém, na prestação de contas, ele declarou que o trabalho teria sido voluntário. O Mi-

nistério Público Eleitoral (MPE) ouviu os cabos eleitorais e pelo menos dez confirmaram ter recebido dinheiro. "Essa prática leva à conclusão de que o representado Bernardo Carli utilizou-se de 'caixa dois' em sua campanha", disse o relator do processo, juiz Marcelo Malucelli, durante o julgamento no último dia 19.

No pedido de liminar, os advogados de Bernardo Carli argumentaram que há divergência entre os depoimentos que foram levados em consideração pelo TRE e que o parlamentar não teve ciência ou participação direta ou indireta na suposta ilicitude. Os advogados ainda pediram a nulidade do processo alegando que o tucano não teve direito a defesa.

GAZETA DO POVO

27 OUT 2011

CURITIBA

Renata Bueno pode ser punida por criticar colegas

Um grupo de vereadores da Câmara de Curitiba promete protocolar hoje uma representação contra a vereadora Renata Bueno (PPS), que classificou os vereadores como "bando de gentinha", em nota publicada na *Gazeta do Povo*. O grupo ainda está colhendo assinaturas, mas estima que cerca de 30 dos 38 parlamentares devam assinar. Além disso, a Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Curitiba (ASCMC) apresentou ontem uma moção de repúdio à vereadora, pedindo retratação pelas declarações.

A polêmica começou na sessão de anteontem. Renata apresentou um pedido para justificar suas faltas no período entre 31 de outubro e 14 de novembro. Nesse período, a vereadora deve viajar à Itália para realizar atividades de seu doutorado na Universidade de Roma. Ela alega que, como seu doutorado é um estudo sobre a legislação de Curitiba, isso é um trabalho que ela realiza como vereadora, e não uma atividade de cunho pessoal. Nesse, entretanto, não foi o entendimento dos outros vereadores, que rejeitaram o pedido.

Em entrevista à *Gazeta do Povo*, a vereadora declarou que suas atividades fora da Câmara eram muito mais produtivas do que "aguentar esse bando de gentinha". O comentário não foi bem recebido por vereadores e funcionários da Casa, que se sentiram ofendidos pela declaração. Os parlamentares qualificaram as declarações como elitistas e disseram, na sessão de ontem, que Renata se acha mais importante que os outros vereadores.

Mais tarde, novamente em entrevista à *Gazeta do Povo*, a vereadora frisou que as críticas não foram feitas ao conjunto de vereadores e nem aos funcionários, e sim a uma "meia-dúzia que incomoda demais". Nesse grupo, Renata destacou o presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB), Algaci Túlio (PMDB) e Jair Cezar (PSDB). "Eles querem atrapalhar o trabalho dos outros porque não podem ver ninguém em destaque", disse. Apresentada a representação, ela segue para o corregedor da Casa, o vereador Roberto Hinça (PDT), que deve encaminhar o processo ao Conselho de Ética.

Repúdio

A ASCMC distribuiu uma nota repudiando as declarações de Renata. No comunicado, a entidade diz que a vereadora "de forma indireta, inclui em tal qualificação, os servidores desta Casa [Câmara de Curitiba] que contribuem para o desempenho das atividades legislativas daqueles que cumprem mandato eletivo", e pediu retratação da parlamentar.

"[A vereadora é uma] Dondoca, fúlhina de papai, vai para a Europa gastando dinheiro do povo. Hoje eu estou vereador, mas eu sou cobrador de ônibus e não tenho vergonha de não ser elite."

Denilson Pires, vereador (DEM), em discurso na tribuna do plenário da Câmara de Curitiba.

"Eles [Derosso, Algaci e Jair Cezar] querem atrapalhar o trabalho dos outros porque não podem ver ninguém em destaque."

Renata Bueno, vereadora (PPS).

NOTA POLÍTICA

Mais chumbo 1

A vereadora Professora Josete (PT) entrou com mais uma representação no Ministério Público contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). Desta vez, o alvo é a contratação da empresa Parceria Serviços Patrimoniais pela Câmara, no ano de 2004. Outra representação sobre o mesmo assunto já foi apresentada pelo deputado federal Doutor Rosinha (PT).

Mais chumbo 2

Segundo a representação, metade das cotas da empresa foram compradas pelo sobrinho de Derosso, João Henrique Derosso Chu, em dezembro daquele ano, por apenas R\$ 2 mil — à época, a empresa estava avaliada em R\$ 60 mil. Nos meses seguintes, o contrato foi aditado e, depois disso, João Henrique vendeu suas cotas pelos mesmos R\$ 2 mil. A vereadora acusa o presidente da Câmara de crime de favorecimento.

GAZETA DO POVO

Vereadores de Guarapuava são suspeitos de desvios

27 OUT 2011

Seis vereadores de Guarapuava, no Centro-Sul do estado, são investigados por suspeita de terem se apropriado de parte dos salários de um funcionário da Câmara Municipal. O presidente da Câmara, vereador Ademir Strechar (PMDB), foi preso na terça-feira, durante a Operação Fantasma.

Uma das suspeitas do Gaeco é de que os vereadores se apropriavam também dos salários de assessores fantasmas. Dezessete funcionários da Câmara de Guarapuava também são investigados. O desvio pode chegar a R\$ 1,2 milhão, de acordo com o Ministério Público.

Ontem, a polícia cumpria 30 mandados de busca e apreensão na Câmara, casas e locais de trabalhos dos suspeitos de participar do esquema, além da 6.ª Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). Mandados de busca e apreensão na Câmara também foram cumpridos na terça-feira.

Policiais realizaram buscas em todas as salas e gabinetes da Câmara ontem. Computadores e documentos foram apreendidos. Todo o material deve ser analisado as investigações terão continuidade.

O vereador licenciado Fernando Alberto dos Santos foi preso ontem por porte ilegal de arma. Ele ocupa o cargo de diretor-presidente da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava. O Ministério Público foi à casa do vereador para cumprir um mandado de busca e apreensão e encontrou a arma. Santos pagou fiança e foi liberado.

Outro vereador investigado é Thiago Córdova. Ele é chefe da Ciretran. O órgão foi fechado durante a manhã para que documentos fossem apreendidos e foi reaberto em seguida.

De acordo com o Ministério Público, o esquema foi articulado pelo próprio presidente da Câmara e funcionava pelo menos desde 2009. Strechar fazia pessoalmente o pagamento dos salários aos servidores em cheque. Em seguida, os funcionários, segundo a denúncia, descontavam o cheque em banco e repassavam o equivalente a metade dos vencimentos ao vereador. O vereador vai responder por peculato. Como tem foro privilegiado, ele deve permanecer detido em uma prisão especial.

A Gazeta do Povo tentou contato com a Câmara de Guarapuava, mas não conseguiu.

GAZETA DO POVO

ATENDIMENTO AO SERVIDOR

27 OUT 2011

Desde a extinção do Instituto de Previdência do Estado (IPE) em 1998, no governo Jaime Lerner, os servidores públicos paranaenses passaram a enfrentar um problema: a dificuldade para conseguir atendimento médico. Ainda que o IPE tivesse suas falhas no tocante aos serviços prestados, na opinião dos próprios segurados, a situação era infinitamente melhor do que a realidade atual. Para recordar, o Instituto de Previdência foi substituído em 1998 pela ParanaPrevidência, que passou a cuidar exclusivamente das pensões e aposentadorias dos funcionários. A partir de então, a assistência médica foi prestada exclusivamente por serviços terceirizados contratados pelo governo do Paraná na rede hospitalar privada. Conseguir consultas e internamentos passou a ser um drama para os segurados. Com o fim do convênio firmado com a mantenedora dos hospitais São Vicente e Santa Isabel, que vinha atendendo o funcionalismo, a saída encontrada pelo governo foi passar o atendimento para o Hospital da Polícia Militar. Pelos próximos 30 dias abrangendo unicamente emergências médicas. Espera-se que o governo consiga melhorar a situação do Hospital Militar, pois se hoje, de acordo com a administração estadual, encontra-se ocioso, com a estrutura atual não dará conta da nova demanda, tendo os funcionários estaduais entre os seus usuários. Afinal, garantir as condições para a preservação da saúde é obrigação do poder público.

CURSO

A imagem pessoal e o meio jurídico

- DATA: 3 de novembro (das 19 às 22 horas).
- LOCAL: Lizon Curitiba Hotel – Av. 7 de Setembro, 2.246 – Centro.
- MINISTRANTE: Mariana Assad.
- PÚBLICO-ALVO: profissionais do meio jurídico.
- INFORMAÇÕES: (41) 8814-9098 ou 9922-8979 com Tafs ou Renata ou contato@bhseventoseconsultoria.com.br

27 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Acusados de fraudar Fórum de SP terão de devolver R\$ 203 mi

Condenação do juiz Nicolau, do ex-senador Luiz Estevão e outros envolvidos ocorre 13 anos após desvio de verbas

Procurados pela Folha, advogados dos réus de ação de improbidade não comentaram até a conclusão desta edição

Treze anos depois do desvio de dinheiro público na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, os envolvidos no superfaturamento da obra foram condenados a devolver R\$ 203 milhões.

A decisão só foi tomada após interferência da Corregedoria Nacional de Justiça e da Corregedoria da Justiça Federal da 3ª Região. Os valores serão atualizados quando não couber mais recurso.

Entre os condenados estão o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, o senador casado Luiz Estevão de Oliveira Neto, os empresários Fábio Monteiro de Barros Filho, José Eduardo Ferraz, Antônio Carlos da Gama e Silva, a Construtora Ikal Ltda., Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. e várias empresas vinculadas ao Grupo OK.

Procurados pela Folha, os advogados dos réus não responderam até o fim desta edição. Os acusados sempre alegaram inocência.

As sentenças foram proferidas em duas ações civis públicas pela juíza federal Elizabeth Leão, da 12ª Vara Federal. Ela julgou improcedente a ação contra Délvio Buffullin, ex-presidente do TRT-SP.

Vários recursos postergaram os julgamentos do caso do TRT. O Ministério Público estuda a hipótese de pedir a execução provisória da sentença para retirar dos condenados a posse dos bens.

Atendendo a pedido da Procuradoria ao CNJ, foi dado o prazo de 60 dias para que as ações fossem julgadas pela juíza. Segundo a Procuradoria, ela estava com o caso há cerca de oito anos.

Segundo a Justiça Federal, o processo só foi liberado para decisão em agosto, depois que o TRF-3 julgou recursos que questionavam a imparcialidade da juíza. "Considerando que as exceções de suspeição suspendem o andamento processual até seu julgamento pelo órgão competente, não houve qualquer atraso por parte desta magistrada", disse Elizabeth Leão.

Na sentença, ela afirma que Nicolau, Estevão, Barros Filho e Ferraz "mantiveram em erro a entidade pública, dando a aparência de realização de atos regulares" na obra, mas "escondiam, na verdade, a finalidade de obtenção de vantagens ilícitas".

A juíza reconheceu o enriquecimento ilícito de Nicolau dos Santos Neto.

27 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria pede afastamento de chefe de tribunal de contas do Rio

Presidente, conselheiro e ex-membro do TCE são denunciados

O Ministério Público Federal pediu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) o afastamento imediato do presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio, Jonas Lopes, e do conselheiro do órgão José Gomes Graciosa, e denunciou ambos por suposta corrupção passiva.

A denúncia, assinada pelo subprocurador-geral da República Carlos Eduardo Vasconcelos, atinge ainda um ex-conselheiro do TCE-RJ, José Leite Nader, e seu filho, o ex-deputado estadual José Nader Júnior.

Ambos também foram denunciados por suspeita de corrupção passiva.

Os quatro são acusados de terem repartido, entre 2002 e 2003, propina de R\$ 130 mil para garantir a aprovação de contratos entre o grupo Sim e a Prefeitura de Carapebus, cidade do norte fluminense.

Os acusados negam as denúncias e classificam a investigação como "precária".

A denúncia é um desdobramento da Operação Pasárgada, da Polícia Federal, que investigou a relação entre o grupo Sim e prefeituras de Minas, e acabou esbarrando no suposto esquema no TCE.

Segundo a denúncia, o grupo Sim assinou, em 1997 e 2001, dois contratos, no valor total de R\$ 645,4 mil, para "gestão em contabilidade pública", subcontratando empresas-fantasmas para realizar as tarefas do contrato.

Como os contratos foram firmados com dispensa de licitação, tinham que ser individualmente analisados pelo tribunal de conta.

O corpo técnico encontrou irregularidades, como o fato de a dispensa de licitação ser



O presidente do TCE-RJ, Jonas Lopes, em sessão em 2007

injustificada, já que outros institutos poderiam prestar o mesmo serviço.

Segundo a denúncia, baseada em e-mails trocados entre dirigentes do grupo Sim, no depoimento de um ex-advogado do grupo e em registros do caixa da empresa, um secretário municipal da cidade procurou o então deputado estadual Nader Júnior oferecendo a propina para que o TCE aprovasse os contratos.

O atual presidente do TCE

era, então, relator de um dos processos. Votou favoravelmente à aprovação do contrato e foi seguido pelos colegas.

No segundo processo, o relator havia sido contrário à aprovação, mas José Nader e outros conselheiros votaram contra o parecer e o contrato foi mantido. Graciosa, então presidente do tribunal, não votou em nenhum dos dois processos, mas teve seu nome citado como um dos participantes do esquema.

27 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Defesa afirma que acusação é 'defeituosa'

O advogado Nélio Machado, que defende o presidente do TCE-RJ, Jonas Lopes, disse que a acusação contra seu cliente "é absolutamente precária e defeituosa".

"O que se imputa é o chamado crime de interpretação. Presumem que ele votou de certa forma porque teria recebido uma benesse." Ele se queixou de não ter tido acesso à íntegra da denúncia.

Wladimir Reale, advogado de José Graciosa, também afirmou não ter tido acesso ao processo e que, por isso, preferia não se pronunciar.

A **Folha** tentou contato com José Leite Nader, mas foi informada de que ele estava incomunicável. A reportagem também não conseguiu ouvir o ex-deputado Nader Júnior.

Em outras ocasiões, os dois negaram as acusações.

27 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Com a saída, investigação sobre Orlando Silva correrá no STJ

DE BRASÍLIA - Com a saída de Orlando Silva do cargo de ministro, o inquérito sobre as irregularidades no Ministério do Esporte passará a correr no Superior Tribunal de Justiça, onde o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), também investigado, tem foro.

A informação foi confirmada ontem pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que havia decidido tornar Orlando alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal. "O processo vai para o STJ, já que o governador Agnelo também é investigado", disse Gurgel.

Há cerca de duas semanas, o STJ havia recebido um inquérito sobre desvios de dinheiro no programa Segundo Tempo na época em que Agnelo Queiroz era o ministro do Esporte.

27 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DEUS NA TV

O conselho da EBC, a TV pública criada por Lula, se reúne na próxima segunda, em SP, para discutir um tema delicado: a presença de cultos religiosos em sua programação. Há um mês, as igrejas católica e batista conseguiram liminar na Justiça para que suas cerimônias continuem sendo exibidas. Parte do conselho quer peitar a briga na Justiça, alegando que o Estado é laico.

FOGO BAIXO

Pesquisa Ibope para a eleição do novo presidente da OAB de São Paulo, marcada para o próximo ano: Rui Fragoso aparece com 31% dos votos. Em segundo lugar vem Alberto Toron (9%), seguido por Sergei Cobra (5%).

Quase a metade dos 500 entrevistados, ou 45%, disseram que vão votar em branco, nulo ou simplesmente não souberam responder.

FOGO ALTO

Uma estagiária da Defensoria sofreu uma tentativa de homicídio, na sexta passada, em pleno Fórum Criminal da Barra Funda. Ela prestava atendimento ao sergente Ricardo Silva Santana quando ele a atacou com uma chave de braço e tentou esganá-la, dizendo que iria matá-la. Foi socorrida por dois policiais, que a ouviram gritando. Santana foi preso em flagrante.

NOVO ENDEREÇO

O departamento de recursos humanos da Defensoria está em contato com a estagiária para uma eventual transferência, caso ela não queira mais trabalhar na Barra Funda.

27 OUT 2011

JORNAL DO ESTADO

Liminar do TSE livra

Bernardo Carli da cassação

O ministro Marco Aurélio de Mello, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, concedeu no noite de terça-feira, liminar suspendendo a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TER/PR) que determinou a cassação do mandato do deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB). Com isso, ele poderá permanecer no cargo até o julgamento do mérito do recurso.

O TRE aprovou a cassação dele na semana passada, acatando acusação do Ministério Público Eleitoral segundo a qual Bernardo Carli teria pago cabos eleitorais em dinheiro, e declarado na prestação de contas da campanha que eles teriam trabalhado voluntariamente. Na avaliação dos promotores, a declaração seria uma forma de ocultar a verdadeira fonte dos recursos, uma vez que o dinheiro utilizado para o pagamento dos referidos cabos eleitorais não passou pela conta bancária de campanha e nem foi objeto de recibo eleitoral que permitisse a identificação do doador. O deputado nega as acusações.

Na segunda-feira, o TRE enviou à Assembleia Legislativa uma notificação sobre a decisão, para que a Casa executasse a cassação e empossasse o suplente, Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati. Na ocasião, o presidente do Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB), chegou a ler a notificação, mas acabou suspendendo o processo porque por conta de um erro de redação, o texto da sentença falava na cassação de deputado federal e não estadual. Na terça-feira, o tribunal enviou nova no-

tificação, com o texto corrigido, mas mesmo diante do pedido de execução imediata do MPE, Rossoni adiou a decisão para ontem. Na ocasião, o tucano chegou a afirmar que "dez horas a mais ou na menos" não fariam diferença. Com isso, Bernardo Carli ganhou tempo para que seu recurso no TSE fosse julgado e o processo paralisado.

No recurso, o deputado alegou que teria havido desproporcionalidade entre os fatos apontados pela acusação e a sanção imposta, e que os pagamentos questionados correspondem a menos de um por cento de todos os gastos de uma campanha. Segundo, ainda, o recurso, as testemunhas de acusação também teriam sido ouvidas após o depoimento das testemunhas trazidas pela defesa, "em afronta aos princípios da unicidade da audiência, do devido processo legal e da ampla defesa".

Bernardo Carli foi eleito como segundo suplente pelo PSDB. Assumiu a vaga na Assembleia em agosto deste ano, depois que Osmar Bertoldi (DEM) foi chamado pelo prefeito Luciano Ducci (PSB) para a Secretaria Municipal Extraordinária de Política Habitacional (SEPHA), em Curitiba. Ele é irmão do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou ao mandato em 2009 depois de envolver-se em acidente de trânsito que resultou na morte de duas pessoas em Curitiba.

27 OUT 2011

"GENTALHA"

Desagravo JORNAL DO ESTADO

A revolta dos vereadores de Curitiba com as declarações de Renata Bueno (PPS), que chamou os colegas de "gentalha", gerou também situações no mínimo hilárias. O líder da oposição na Câmara, Algaci Tulio (PMDB), chegou a relatar que esposas de vereadores da Casa planejam fazer uma ato de desagravo contra Renata. Isso porque ela também afirmou que alguns vereadores não podem nem voltar para casa porque suas esposas não os suportam. Tulio chegou a chamar sua esposa, que é funcionária concursada da Câmara, ao plenário, para perguntar se isso era verdade. Segundo ele, ela disse que, pelo contrário, gostaria que seu marido chegasse cedo em casa.

Dona Florinda

Outra brincadeira provocada pela polêmica em torno de Renata Bueno que circulou pela internet foi a de que ela seria a "Dona Florinda" da Câmara. Trata-se de personagem feminino do seriado humorístico *Chaves*, que tem como mote "gentalha" contra seus desafetos.

Unanimidade

Com suas declarações, Renata Bueno conseguiu uma rara unanimidade na Câmara. Tanto os vereadores da base de apoio do prefeito Luciano Ducci (PSB), que ela integra, quanto os de oposição ficaram contra a vereadora do PPS. Os primeiros, por não aceitarem serem classificados como participantes de uma "máfia" de defesa do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), que enfrenta processo sob acusação de irregularidades nos contratos de publicidade do Legislativo municipal. Já os de oposição consideram que ela joga para a torcida, já que muitas vezes se recusou a alinhar-se às iniciativas do bloco para investigar Derosso e outras denúncias de irregularidades contra a gestão Ducci.

Surpreso

Cassado pelo TRE sob acusação de caixa dois de campanha, o suplente de deputado estadual Natálio Stica (PV) afirmou ontem ter sido surpreendido pela decisão. Ele nega a acusação de captação e gasto ilícito de recursos na minha campanha. E diz que assim que foi notificado pelo tribunal no início do ano, de que haviam irregularidades em sua prestação de contas a gastos com combustível no valor de R\$ 30.263,03, apresentou ao órgão a lista de veículos utilizados e as devidas placas, como solicitado. "Ao mesmo tempo, minha defesa pediu aumento de prazo para esmiuçar tal relatório, o que foi indeferido pelo TRE, num flagrante cerceamento de defesa", diz. "O que causa ainda mais estranheza nesta decisão é que, no meu caso, apesar da justificativa e comprovação dos gastos, o TRE julgou pela cassação. Ao mesmo tempo, absolveu recentemente outros deputados eleitos com prestações de contas não justificadas com gastos muito superiores aos da minha campanha", afirma Stica.

Esquema desmontado

A unidade de Guarapuava do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) deu ontem continuidade à Operação Fantasma, que culminou na prisão em flagrante do vereador Ademir Strechar, também presidente da Câmara Municipal da cidade, na terça-feira. Segundo as investigações do Ministério Público e das polícias Civil e Militar, Strechar e outros cinco vereadores se apropriavam de parte dos salários de assessores, a maioria deles funcionários-fantasma. Strechar foi preso no gabinete da presidência da casa legislativa no momento em que recebia dinheiro dos vencimentos de um dos servidores. Ontem foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão na Câmara, na 6ª Ciretran e em residências e locais de trabalho dos vereadores e assessores acusados de participação no esquema. Haveria 17 funcionários envolvidos, segundo apurado até o momento pelo Gaeco.

EM ALTA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que o **EXAME DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)** para a diplomação em direito constitucional é necessário e obrigatório para a inscrição no Conselho Nacional de Direito que possibilita a inscrição no OAB em qualquer estado. O que foi decidido será aplicado em todos os estados.

27 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

STF decide que exigência de exame da OAB é constitucional

São Paulo - Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a exigência do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da profissão dos formados em direito é constitucional.

O relator do processo, ministro Marco Aurélio Mello, afirmou que o exame é compatível com o juízo de proporcionalidade e não viola o princípio da liberdade de exercício da profissão. "A Constituição permite restrições, desde que previstas em lei formal", disse.

No início do voto, o ministro criticou a proliferação de cursos de direito de baixo custo: "vende-se o sonho, entrega-se o pesadelo", disse.

Também votaram favoravelmente ao exame os ministros Luiz Fux, José Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cezar Peluso.

FOLHA DE LONDRINA

CARTA

27 OUT 2011

Fora da realidade

Em relação à reportagem "Paraná pode ganhar representante no STJ" (Política, 24/10), entendo que os magistrados devem sempre se reger pelas determinações da lei, afinal elas servem para serem respeitadas, mas faz-se necessária uma visão global e, principalmente social, no que tange ao caos em que a sociedade enfrenta em relação aos crimes de um modo geral, mormente quanto aos crimes do colarinho branco. A posição extremamente garantista do nobre desembargador Néfi Cordeiro não reflete os anseios da sociedade que agoniza perante tanta violência e impunidade. Argumentar que a utilização de grampos telefônicos nas investigações equivale ao uso de tortura demonstra a disparidade entre sua posição e realidade brasileira. Se o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça fosse originado do voto popular e não de indicação, o desembargador não teria grandes chances de ser eleito pois a vontade do povo certamente não se coaduna com sua posição liberal frente aos criminosos.

ANA CAROLINA ALMEIDA (advogada) - Jandala do Sul

27 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Trabalho escravo: até quando?

A pesar dos avanços da economia e das políticas sociais, o Brasil ainda convive com uma triste realidade: o trabalho escravo. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado esta semana, traçou um perfil de todos os envolvidos na escravidão contemporânea (condições de trabalho degradantes, análogas à escravidão tradicional): vítimas, intermediários (popularmente conhecidos como "gatos") e os empregadores. O levantamento aponta que, em geral, o trabalhador exposto às condições degradantes de trabalho no Brasil é homem, negro, analfabeto funcional, tem idade média de 31,4 anos e renda declarada mensal de 1,3 salário mínimo. A maioria, 77%, nasceu no Nordeste. Entre os "gatos", o perfil se repete: negros e nordestinos. No entanto, a situação é modificada quando se refere aos empregadores, que são brancos e nascidos na Região Sudeste.

A pesquisa pretende desenvolver uma base de conhecimentos e subsidiar a elaboração de políticas para erradicação do trabalho escravo. É importante ressaltar que o trabalho forçado ou obrigatório é crime previsto no Código Penal com pena que varia de

dois a oito anos de prisão, multa, além da punição correspondente à violência. No entanto, é sabido que a escravidão contemporânea ocorre em todos os Estados, não ficando limitada às regiões mais pobres. Um dos únicos pontos em comum é justamente o perfil dos trabalhadores: pessoas simples, que não tiveram outra oportunidade na vida. Uma realidade que só será modificada com investimentos em educação. Os programas sociais e de distribuição de renda, apesar das críticas, contribuíram para minimizar a miséria de parte da população. No entanto, as políticas não devem ficar restritas a esses programas. Melhorar o ensino público e incentivar a formação de jovens e adultos são políticas simples, mas que ainda precisam avançar.

A boa notícia, segundo a OIT, é que o Brasil é considerado um dos países que mais avançaram no combate ao trabalho escravo, sendo apontado como referência mundial, devido à capacidade de articulação entre o governo, a sociedade civil, o setor privado e organismos internacionais. Nos últimos 16 anos, mais de 40 mil trabalhadores foram resgatados dessa condição. Sem dúvida, um grande avanço, mas ainda longe do ideal.

**● A boa notícia
é que o Brasil
é considerado
um dos países que
mais avançaram
no combate ao
trabalho escravo**

27 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

TSE mantém Bernardo Carli no cargo

Curitiba - O deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) vai poder continuar no cargo enquanto durar o trâmite do processo que pede a sua cassação. Uma liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), expedida na noite da última terça-feira, garante a permanência de Carli como deputado até que o caso transite em julgado. Carli é acusado de praticar "caixa dois" nas eleições de 2010. Em julgamento no último dia 19, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná decidiu pelo cumprimento imediato do acórdão que pedia a cassação, o que daria a vaga de deputado ao suplente Antonio Carlos Salles Belinati (PP), filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati (PP).

Relator do processo no TSE, o ministro Marco Aurélio Mendes deferiu a medida cautelar solicitada pela defesa do deputado, que argumentou a desproporcionalidade da sanção aplicada, uma vez que os recursos de campanha colocados em dúvida correspondem a menos de 2% do total gasto em período eleitoral. "Defiro a medida acauteladora pleiteada para suspender, até o pronunciamento deste Tribunal, a eficácia do acórdão proferido pelo Regional", decidiu o ministro.

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), recebeu a notificação da liminar ontem de manhã, pelos advogados de Carli. Se a liminar não tivesse saído, o suplente seria chamado. "Eu estava pronto para anunciar a convocação do Belinati", declarou. Carli era suplente do deputado estadual Osmar Bertoldi (DEM), que em março pediu afastamento até julho por recomendação médica. Em seguida, Bertoldi assumiu a Secretaria de Política Habitacional na prefeitura de Curitiba.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

27 OUT 2011

Surpreso

Natálio Stica (PV) disse ontem, em nota à imprensa, que recebeu com "imensa surpresa" a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, que cassou seu diploma de suplente de deputado estadual. "Assim que fui notificado pelo TRE, no início deste ano, de que havia inconsistências na minha prestação de contas relativas a gastos de combustível no valor de R\$ 30.263,03, apresentei ao órgão a lista de veículos utilizados e as devidas placas, como solicitado. Ao mesmo tempo, minha defesa pediu aumento de prazo para esmiuçar tal relatório, o que foi indeferido pelo TRE, num flagrante cerceamento de defesa".

E os outros?

Além de questionar a decisão do TRE sobre a cassação do seu diploma, Stica criticou o tratamento que a corte estaria dando a situações semelhantes. "O que causa ainda mais estranheza nesta decisão é que, no meu caso, apesar da justificativa e comprovação dos gastos, o TRE julgou pela cassação. Ao mesmo tempo, absolviu recentemente outros deputados eleitos com prestações de contas não justificadas com gastos muito superiores aos da minha campanha", reclamou. Stica vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Gentalha, gentalha

A vereadora de Curitiba Renata Bueno (PPS), filha do deputado federal Rubens Bueno, começou uma briga na Câmara da capital. Ontem, um grupo de vereadores apresentou uma representação coletiva contra ela no Conselho de Ética da Casa. A confusão começou porque Renata chamou os colegas parlamentares de "gentalha" depois de ser questionada por apresentar uma justificativa pelo período de 20 dias que deverá ficar fora do País para tentar ingressar em um doutorado. As constantes viagens de Renata Bueno são alvo de comentários tanto da bancada de apoio ao presidente da Casa, João Claudio Derosso (-PSDB), como da oposição.

■ Em nota oficial, a vereadora afirma que foi convidada pela Universidade de Roma para fazer um doutorado, "com intuito de viabilizar o Código de Leis do Município de Curitiba". "Por esse motivo, informo a sociedade curitibana que estarei ausente do município por um período de 20 dias. Na ocasião, estarei na Itália para realização de provas junto a Universidade para o ingresso no Doutorado". Renata acrescentou que a viagem será integralmente paga com recursos próprios.

MAZZA

Mandato salvo

Por enquanto, não se sabe até quando, está salvo o mandato do deputado Bernardo Carli por decisão do TSE. De nada adiantou o rigor do TRE, ao menos por ora, em exigir o cumprimento imediato da cassação.

Isolamento

Renata Bueno, a vereadora, deitou e rolou ontem ao chamar seus colegas de gentalha da máfia Derosso. Vereadores querem enquadrá-la na comissão ética. A forma aristocratizada, com que olha seus iguais vai ter resposta, sem falar na crítica de que é turista, tanto que viaja ao exterior.

27 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Mais cinco vereadores de Guarapuava envolvidos em desvio de dinheiro

Curtitiba - Um dia depois do presidente da Câmara de Guarapuava, Ademir Strechar (PMDB), ser preso em flagrante por se apropriar de salário de funcionários do Legislativo municipal, ontem o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) divulgou que outros cinco vereadores participavam do mesmo esquema, que também envolvia a contratação de funcionários fantasmas.

A Operação Fantasma cumpriu durante o dia de ontem 30 mandados de busca e apreensão. São 17 pessoas já identificadas que atuavam como "fantasmas". "Temos 17 "fantasmas" catalogados e identificados, que ficavam com parte do dinheiro e eram pessoas da confiança dos vereadores", conta o coordenador estadual do Gaeco, procurador de Justiça Leonir Batisti. Os outros vereadores envolvidos - metade dos parlamentares da Câmara - são Sadi Federle (PSB); Thiago Cordova (PPS); Hamilton Carlos de Lima (PP), o Pé-de-Cana; e João Napoleão (PSDB); além do vereador licenciado Fernando Alberto dos Santos (PP), o Fernando da Maçã. O único que chegou a ser preso ontem foi o Fernando da Maçã, por porte ilegal de arma, mas ele pagou fian-

ça e foi liberado horas depois.

A investigação apontou que os primeiros sinais do esquema apareceram em 2007, fortalecendo-se a partir do ano seguinte. O valor estimado de recursos públicos no esquema é de, pelo menos, R\$ 1,2 milhão. "A divisão era de 50% para cada parte ou algo em torno de 60% a 40%", estima Batisti. De acordo com ele, nesse momento a investigação não abrange outros parlamentares da cidade.

Os vereadores vão responder pelo crime de peculato. A situação propicia a abertura de um pedido de impeachment que, caso queiram, poderia ser pedido pelos outros vereadores da Câmara. Outra opção para a perda do mandato é o pedido do Ministério Público do Paraná à Justiça, em caráter cautelar, mas isso ainda não foi feito. A Câmara ficou fechada durante a manhã de ontem e, à tarde, por telefone, a Reportagem foi informada que não havia ninguém para comentar o assunto.

27 OUT 2011

METRO

TSE deixa Carli no cargo

O deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) recorreu ao TSE contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral que cassou seu mandato por irregularidades nas contas de campanha. Enquanto aguarda decisão, Carli poderá exercer seu mandato normalmente.

TRE cadastra no feriado

TÍTULO ELEITORAL. A Central de Atendimento ao Eleitor, na Rua João Parolin, nº 55, no Prado Velho, funcionará neste feriadão de finados, do sábado, dia 29, até a quarta, dia 02, das 8h às 18h30.

27 OUT 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

TRE não para no feriadão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba, localizada na Rua João Parolin, 55, no Prado Velho, funcionará normalmente no feriadão de Finados, do sábado até quarta-feira, das 8h às 18h30. Até ontem, perto de 707 mil eleitores já tinham realizado seu cadastramento biométrico.

Todo o eleitorado de Curitiba deverá ser cadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. A maneira mais prática para evitar filas é o eleitor agendar o atendimento através do sítio do TRE, no endereço: www.tre-pr.jus.br. No ato da revisão o eleitor poderá regularizar possíveis pendências, alterar local de votação, fazer retificações e receberá novo título.

Fica

O deputado estadual Bernardo Carli (PP) obteve liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que permite manter o mandato até o julgamento definitivo do processo de cassação movido pelo Ministério Público Eleitoral. A Assembleia Legislativa foi notificada ontem da decisão do TSE, que teve como relator o ministro Marco Aurélio de Mello. Bernardo teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na semana passada, acusado de ocultar a fonte de recursos que usou na campanha eleitoral do ano passado e ter declarado como doação valores correspondentes a serviços de cabos eleitorais, que declararam ter sido remunerados pelo deputado. Em depoimento à Polícia Federal...

TRIBUNA DO PARANÁ

Porto tem comércio de ações trabalhistas 27 OUT 2011

Os ex-procuradores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Maurício Vitor de Souza e Benedito Nicolau dos Santos Neto confirmaram, ontem, em depoimento à CPI dos Portos da Assembleia Legislativa, a existência de "comércio" de ações trabalhistas em Paranaguá e a relação de parentesco entre funcionários do porto e advogados responsáveis pelas causas trabalhistas contra a Appa.

Souza disse que a compra de passivos trabalhistas por escritórios de advocacia é prática corrente em Paranaguá. "Alguns profissionais compram as dívidas dos reclamantes", afirmou. Os depoentes ouviram os nomes de 12 advogados que representam 90% das mais de 3 mil ações contra o porto e confirmaram a ligação de alguns deles com servidores da autarquia.

celetistas

Na avaliação de Santos Neto, o volume de ações trabalhistas é consequência de horas extras, desvio de função e terceirização de serviços. Já Souza disse que um dos grandes fatores geradores das ações trabalhistas foi a decisão do porto de transformar em celetistas os empregados estatutários (regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos). "O porto continuou sendo uma autarquia com o quadro de funcionários contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)", comentou.

Alcoolismo

A Justiça quer acabar com o preconceito contra funcionários dependentes de álcool. Para o Tribunal Superior do Trabalho, o alcoolismo crônico é doença. Trabalhadores dependentes desse tipo de substância não podem ser demitidos por justa causa. Mas o funcionário precisa aceitar o apoio para deixar a bebida.

OAB

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram ontem manter o exame da OAB como condição para o exercício da profissão. A posição do STF vale para casos semelhantes e deve ser aplicada por outras instâncias da Justiça.

GAZETA DO PARANÁ

Casas Bahia é condenada por uso de broche

● A rede varejista Casas Bahia foi condenada a pagar R\$ 5.000 por danos morais a uma funcionária por tê-la obrigado a usar broches com os bordões "Quer pagar quanto?" e "Olhou, Levou". A decisão é de 2ª instância, cabendo recurso. Para o desembargador Marcelo Antero de Carvalho, relator do processo, "a obrigatoriedade do uso de broches com dizeres que dão margens a comentários desrespeitosos por parte de clientes e terceiros configura violação do patrimônio imaterial do empregado".

Funcionário ganha ação por ter que ficar parado

● Um funcionário de uma usina de álcool de Mato Grosso ganhou na Justiça do Trabalho o direito a R\$ 20 mil de indenização por ter sido obrigado pela empresa a não trabalhar. Charles Adriano Nunes declarou-se vítima de assédio moral para forçá-lo a pedir demissão. Contratado para serviços gerais, Nunes disse à Justiça que era transportado ao local de trabalho, colocava os equipamentos de proteção individual, mas "passava o dia parado". A ETH anunciou que vai recorrer da sentença.

27 OUT 2011

Bernardo Carli consegue liminar para ficar no cargo

● O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, concedeu liminar para que o deputado estadual Bernardo Ribas Carli que está aguardando o julgamento do recurso contra a sua cassação, continue o seu mandato normalmente. Em nota, Carli diz que acredita que esta decisão vai contribuir para a defesa no julgamento do recurso favorável à continuidade de seus trabalhos na Assembleia Legislativa, exercendo seu cargo pelos cidadãos paranaenses os quais representa. O Tribunal Regional Eleitoral chegou a enviar na segunda-feira à Assembleia Legislativa nova notificação confirmando a cassação do mandato.